



FACULDADE VALE DO SALGADO - FVS  
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ROZANE LIMA E SILVA BEZERRA

**A ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

ICÓ-CE  
2018

ROZANE LIMA E SILVA BEZERRA

A ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade Vale do Salgado, a ser apresentada como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

**Orientador (a):** Prof.<sup>a</sup> Esp. Daniela Nunes de Jesus

ICÓ-CE

2018

ROZANE LIMA E SILVA BEZERRA

A ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Monografia submetida à disciplina de TCC do Curso Bacharelado em Serviço Social da Faculdade Vale do Salgado, a ser apresentada como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof.<sup>a</sup> Esp. Daniela Nunes de Jesus**  
Faculdade Vale do Salgado  
Orientadora

---

**Prof.<sup>a</sup> Ms. Sonilde Saraiva Januário Nunes**  
Faculdade Vale do Salgado  
1<sup>a</sup> Examinadora

---

**Prof.<sup>a</sup> Esp. Viviane Correia do Prado Ferreira**  
Faculdade Vale do Salgado  
2<sup>a</sup> Examinadora

Dedico, ao meu esposo, Adriano Bezerra, e aos meus filhos, Rayanne Gabrielly e Adriano  
Filho, pelo incentivo e confiança.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, que me deu força, energia e coragem para viver, enfrentar e superar qualquer obstáculo em minha vida, proporcionando assim, oportunidade de aprendizado e crescimento como pessoa e profissional.

Aos meus pais, Mário Lira Lima (in memoriam) e Rosa Paulo de Lima que me ensinaram que a arte de viver com dignidade só é possível, quando observados os princípios da humildade, honestidade, lealdade, sinceridade e dedicação, e, por terem sempre acreditado e apoiado meus ideais, sem deixar que eu desistisse dos meus sonhos.

A minha irmã, Roseane Lima e Silva, pelo carinho e cumplicidade, por sonhar e dividir comigo minhas angustias e apoio incondicional.

Agradeço a esta pessoa que ao longo dos anos se tornou minha irmã, Silvanira Possidônio Brasil, estando sempre ao meu lado em todos os momentos de minha vida, sempre com o seu ombro amigo.

A minha querida orientadora, Daniela Nunes de Jesus, por ser um exemplo de profissional, pela amizade e pela orientação que conduziu para a concretização deste trabalho, portanto a você expresso toda minha admiração.

Aos colegas do Curso de Serviço Social, em especial ao grupo “só nós”: Cicero Ernando, Eliane Bento, Flávio Lopes, Jocasta Oliveira, Maurilio Alexandre, Marineide Feitosa, Mayrla Batista, Myrlla Swyanne, Samara Simplício, Joelma Garcia e Maria Eugenia, pelos momentos de alegria e aprendizado.

Agradeço ao professor, Josué Barros, pela disponibilização e contribuição para a minha qualificação e ampliação de conhecimentos.

A esta faculdade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela para o sucesso, elevado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presente.

Aos membros da banca defesa desta monografia, Sonilde Saraiva e Viviane Prado pelo aceite ao convite e pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Aos participantes desta pesquisa, que possibilitaram a conclusão deste trabalho.

E a todos que ajudaram de forma direta ou indiretamente para que pudesse realizar este trabalho.

Simplemente agradeço a todos!

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente  
livres.”  
(Rosa de Luxemburgo)

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

- BPC** – Benefício de Prestação Continuada
- CF-88** – Constituição Federal de 1988
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CEP** – Comitê Ético de Pesquisas
- FVS** - Faculdade Vale do Salgado
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social
- NOB/RH** - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
- PNAS** – Política Nacional de Assistência Social
- SUAS** – Sistema Único de Assistência Social
- SCFV** – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- PETI** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- PGRM** – Programa de Garantia de Renda Mínima
- TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## **LISTA DE TABELAS**

|  |    |
|--|----|
| <b>TABELA 1</b> – Perfil Profissional do (a) Assistente Social do PBF..... | 28 |
|--|----|

## RESUMO

BEZERRA, R. L. S. **A Atuação do (a) Assistente Social no Programa Bolsa Família.** 2018. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Faculdade Vale do Salgado, Icó-CE, 2018.

O Programa Bolsa Família é atualmente o principal programa de transferência de renda do Brasil, atingindo quase 13 milhões de famílias em extrema pobreza, vindo a ser um dos fatores preponderantes para a dinâmica social e econômica do país. Instituído de condicionalidades, o programa envolve um grande aparato institucional e profissional para lograr êxito. Entre tantos profissionais que atuam para execução do programa, a pesquisa aponta o (a) Assistente Social como profissional responsável no acompanhamento das famílias beneficiárias. Por se tratar de um trabalho burocrático, os Assistentes Sociais são diariamente desafiados a atuarem diante de regras e normas que defrontam seu Código de Ética Profissional, justificando o fato de se ampliarem estudos e ações que modifiquem suas condutas profissionais no programa. O objetivo da pesquisa foi analisar o trabalho do (a) Assistente Social no equipamento do Programa Bolsa Família no município de Icó-Ceará. Para tanto, traçou-se o perfil profissional do (a) Assistente Social, elucidou-se técnicas e estratégias utilizadas e revelou-se os desafios postos ao exercício profissional no programa. O estudo foi uma pesquisa de campo com características exploratórias descritivas de abordagem qualitativa, sendo realizada com o (a) Assistente Social do Casa do Bolsa Família no município de Icó-Ce. O instrumento utilizado para se chegar aos objetivos da pesquisa, foi uma entrevista semiestruturada, com questões claras e objetivas de fácil entendimento. Os dados coletados na entrevista foram ordenados, classificados e analisados a partir do método crítico dialético, tendo como base a literatura existente no tema. Ao (a) entrevistado (a) foi dado o direito de anonimato e privacidade em todas etapas da pesquisa. A pesquisa revelou o fundamental papel que é exercido pelos (as) Assistentes Sociais no Programa Bolsa Família e como suas ações são comprometidas por mecanismos burocráticos e técnicas impressivas. O trabalho do (a) Assistente Social deve estar pautado em compreender, traçar e fomentar estratégias vitais para o fortalecimento do núcleo familiar de seus usuários, bem como para que a inserção dos mesmos a programas e a políticas sejam possíveis e reais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa Bolsa Família. Assistente Social. Trabalho.

## ABSTRACT

BEZERRA, R. L. S. **The performance of the Social worker in the Bolsa Familia program.** 2018. 45 f. Completion of course work (Graduation in Social Service). Vale do Salgado Faculty, Icó-CE, 2018.

The Bolsa Familia program is currently the main program of income transfer in Brazil, reaching almost 13 million of families in extreme poverty, being one of the preponderant factors for the social and economic dynamics of the country. Instituted of conditionalities, the program involves a large institutional and professional apparatus to achieve success. Among so many professionals who work for the program, the research points to the Social worker as a responsible professional in the monitoring of beneficiary families. Because it is a bureaucratic work, social workers are daily challenged to act in the face of rules and norms that face their code of professional ethics, justifying the fact that studies and actions that modify their conducts Professionals in the program. The objective of the research was to analyze the work of the Social worker in the equipment of the Bolsa Familia program in the municipality of Icó-Ceará. To this end, the professional profile of the Social worker was outlined, and the techniques and strategies used were elucidated and the challenges posed to the professional exercise in the program were revealed. The study was a field research with descriptive exploratory characteristics of qualitative approach, being performed with the Social assistant of the Casa do Bolsa Familia in the municipality of Icó-Ce. The instrument used to reach the research objectives was a semi-structured interview, with clear and objective questions of easy understanding. The data collected in the interview were sorted, classified and analyzed from the dialectical critical method, based on the literature on the subject. The respondent was given the right of anonymity and privacy at all stages of the research. The research revealed the fundamental role that is exercised by the social workers in the Bolsa Familia program and how their actions are compromised by bureaucratic mechanisms and impressively techniques. The work of the Social worker must be guided in understanding, mapping and fostering strategies vital to the strengthening of the family nucleus of its users, as well as to the inclusion of them to programs and policies to be possible and real.

**KEYWORDS:** Family Handbag Program. Social Assistant. Job.

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>12</b> |
| <b>2</b> | <b>OBJETIVOS.....</b>   | <b>13</b> |
| 2.1      | OBJETIVO GERAL.....   | 13        |
| 2.2      | OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....  | 13        |
| <b>3</b> | <b>REVISÃO DE LITERATURA.....</b>   | <b>14</b> |
| 3.1      | CONTEXTUALIZAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 30..... | 14        |
| 3.2      | A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL PÓS PERÍODO NEOLIBERAL.....      | 17        |
| 3.3      | OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.....                       | 19        |
| 3.4      | O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL.....         | 22        |
| <b>4</b> | <b>METODOLOGIA.....</b>   | <b>25</b> |
| 4.1      | TIPO DE ESTUDO.....   | 25        |
| 4.2      | LOCAL DE ESTUDO.....  | 25        |
| 4.3      | PARTICIPANTES DA PESQUISA.....  | 25        |
| 4.4      | INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS.....  | 26        |
| 4.5      | ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....   | 26        |
| 4.6      | ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....  | 26        |
| <b>5</b> | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>  | <b>28</b> |
| 5.1      | PERFIL PROFISSIONAL DO (A) ENTREVISTADO (A).....                            | 28        |
| 5.2      | O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA FRENTE A REALIDADE DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS.....   | 29        |
| 5.3      | O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....          | 30        |
| 5.4      | DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO PBF.....               | 31        |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>34</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>36</b> |
|          | <b>APÊNDICE A.....</b>  | <b>40</b> |
|          | <b>APÊNDICE B.....</b>  | <b>42</b> |
|          | <b>APÊNDICE C.....</b>  | <b>43</b> |



## 1 INTRODUÇÃO

Os programas de distribuição e transferência de renda foram estratégias criadas pelo Estado para amenizar as condições de pobreza de parte da população e possibilitar o acesso a direitos básicos. Entretanto, as mesmas tinham características emergenciais e assistencialistas, que não rompiam efetivamente o ciclo da pobreza.

Estes modelos de políticas são característicos do sistema neoliberal, que subordina os interesses da classe trabalhadora a ordem do capital, resumindo-as a ações e estratégias de cunho paliativo, onde a ausência do Estado é característica primordial para mercantilizar e solidarizar a vida dos sujeitos sociais.

Atualmente, o Programa Bolsa Família é a principal política de transferência de renda do Plano Brasil Sem Miséria, seu objetivo é colaborar para que a situação de pobreza seja ultrapassada, para isso conta com três estratégias: a transferência direta de renda, que representa uma melhoria imediata nas condições de vida das famílias em situação de pobreza; as condicionalidades, que amplia o acesso dos beneficiários aos serviços de saúde, educação e assistência social; e a oferta de programas secundários, que auxiliam na promoção das famílias beneficiárias. (BRASIL, 2018)

O (a) Assistente Social é o (a) profissional que trabalha diretamente com a execução do programa e a ele (a) é atribuído à tarefa de acompanhar as famílias beneficiárias e as famílias em descumprimento de condicionalidades, promovendo o empoderamento dessas junto a ações que visam recuperar a sua capacidade protetiva, minorar os perigos e as vulnerabilidades sociais que na maioria dos casos perpassam as condições econômicas do indivíduo e da própria família.

O trabalho do (a) Assistente Social no equipamento do Programa Bolsa Família vem sendo alvo de grandes discussões, vindo a ser problemática para pesquisas e um gargalo para a profissão, pois em primeiro lugar o compromisso ético assumido pela profissão em traçar subsídios para a emancipação dos sujeitos e executar os princípios do programa, não conseguem se confirmar diante da burocracia sistemática das instituições.

Para tanto, estudos voltados a essa temática, tendem a ser importantíssimos para a categoria, justificando a importância e necessidade do seu trabalho frente aos desafios e limites impostos a efetivação do Projeto Ético Político profissional.

A pesquisa será de grande valia para o meio acadêmico, científico e social, pois servirá como fonte de dados para estudos futuros, principalmente para a categoria revisar e reavaliar seu exercício no âmbito do programa.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

- Analisar o trabalho do (a) Assistente Social no Programa Bolsa Família no município de Icó-Ceará.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Traçar o perfil profissional do (a) Assistente Social que trabalha no equipamento do Programa Bolsa Família;
- Elucidar técnicas e estratégias utilizadas pelo (a) Assistente Social no equipamento do Programa Bolsa Família;
- Revelar os desafios postos ao exercício profissional no equipamento do Programa Bolsa Família.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 CONTEXTUALIZAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 30

No início do século XX o Brasil vivenciou um período de imensas transformações políticas, econômicas e sociais. Junto a essas, o processo de industrialização do país tornou ainda mais evidente o conflito de interesses entre trabalho e capital. Sob esse contexto, a “Questão Social” passou a ser reconhecida pelo Estado, solicitando do mesmo a criação de estratégias, no caso as políticas sociais, para agir diante dessas expressões e a contratação de novas categorias profissionais para atuarem sob esses conflitos. (IAMAMOTO, 2004)

Neste contexto, em que se afirmar a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada ‘Questão Social’, a qual se torna base de justificção desse tipo de profissional especializado [...] é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 77).

A história do Serviço Social brasileiro foi se construindo no interior das transformações sociais e políticas que ocorreram no decorrer do século XX e se consolidando em meio à luta de classes. A classe trabalhadora que não vinha satisfeita com as reproduções do capital e com a inacessibilidade aos bens sociais, travou uma luta por condições mais justas e por direitos que resguardassem a dignidade humana. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008)

No ano de 1936, fundou-se no Brasil a primeira escola de Serviço Social, o curso veio atender as necessidades do Estado, pois naquele momento o mesmo necessitava de uma profissão voltada para a ajuda, controle, e moralização da população, principalmente da classe trabalhadora. Visto como uma especialização da Igreja Católica, o curso de Serviço Social era voltado somente para mulheres que frequentavam a igreja e que praticavam ações sociais de caridade ou para aquelas que eram filhas da sociedade burguesa. (IAMAMOTO, 2010)

Iamamoto (2008) fala que a princípio o Serviço Social que ainda não era reconhecido como categoria de trabalho, mantinha características de atuação bem limitadas e com valores e características cristãs que individualizavam os sujeitos e criavam estigmas sobre a pobreza. Suas metodologias se restringiam a caso, grupo e comunidade e a intervenção social que propunham aos sujeitos não possibilitava uma ampla análise da realidade, a qual estes estavam inseridos.

O Serviço Social na década de 40 era direcionado para os interesses da burguesia os profissionais realizavam visitas às famílias dos trabalhadores para investigarem suas vidas e descobrirem possíveis manifestações à ordem, além de prestarem serviços filantrópicos e assistencialistas de caráter político, ou seja, enquadrando a população pobre e explorada nas categorias subalternas da sociedade capitalista, pregando a moral e os bons costumes a aqueles sujeitos “desajustados”. (MOTA, 1995)

Sob essa perspectiva o Serviço Social passou a repensar a sua prática dentro do contexto das relações sociais. As ações conservadoras que davam base a ações profissionais, já não mais condiziam com a realidade dos que compunham suas demandas, necessitando uma intervenção crítica que concretizasse os instrumentos e estratégias propostos pelas políticas sociais. A partir desse entendimento o Serviço Social, na década de 60, adentrou num processo de transição ideológica da profissão, que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008)

Durante muito tempo o Serviço Social esteve comprometido aos interesses do capital, mas foi nesse período, que a profissão sentiu a necessidade de colocar-se a favor dos ideais democráticos da classe trabalhadora. Neste primeiro momento de uma perspectiva modernizadora, houve a intenção por parte de alguns profissionais de romper com o conservadorismo que estava atrelado a profissão, a partir da adequação de seus instrumentais técnicos operativos as necessidades capitalistas de desenvolvimento, porém a mesma não se concretizou, pois, o país vivia um período, conhecido por Regime Militar, de autocracia e restrição de direitos. (NETTO, 1996)

Netto (2010) diz que num segundo momento de transformação, Perspectiva de Reatualização do Conservadorismo, a profissão buscou aperfeiçoar praticas antigas para atender as exigências de um novo perfil profissional, porém não rompendo totalmente com os traços conservadores. Esse novo perfil profissional tinha aporte na corrente fenomenológica e fazia do ser profissional um mero reproduzidor burocrático do sistema.

A terceira perspectiva, Intenção de Ruptura, tinha como objetivo o rompimento total da profissão com o tradicionalismo, com as metodologias e com as técnicas antes utilizadas. “A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico - metodológicas e prático-profissionais”. (NETTO, 1996. p. 250)

Essa perspectiva trouxe características opositoras aos da autocracia burguesa, e tinha o objetivo de formar profissionais críticos que enxergassem a realidade para assim transforma-

la. Outra característica foi a de adotar as teorias Marxistas, mesmo que de forma superficial a primeiro momento para buscar transformar a realidade social e a emancipação do ser. (NETTO, 2010)

No decorrer da década de 80 o Serviço Social se consolidou enquanto profissão inscrita na divisão sócia técnica do trabalho após a conquista da elaboração do Código Ética Profissional de 1986, que mesmo sem romper totalmente com as formas conservadoras é considerado marco para as conquistas da profissão. (ORTIZ, 2010)

No ano de 1988 houve a promulgação da Constituição Federal Brasileira (CF-88), sua elaboração possibilitou um avanço para o Serviço Social, pois a partir de tal, a profissão pode assumir um compromisso voltado para a efetivação dos direitos da classe trabalhadora e lutar pela liberdade, equidade e justiça social dos menos favorecidos. (RAICHELIS, 2011)

A entrada da década de 90 foi marcada pela ofensiva neoliberal, causando grandes mudanças no país tanto a nível econômico como social. Na prática o modelo neoliberal impôs medidas de reajuste econômico e de retração para as políticas públicas sociais, causando um desmonte a nível estrutural, aumentando o índice de pobreza, desemprego, desmobilização do movimentos sociais e retração dos direitos. (MOTA, 1995)

Nesse mesmo período é criada a lei 8662/93 que vem tratar sobre o Código de Ética Profissional do Assistente Social. Trata-se de uma enorme conquista para a profissão, pois a partir daí abre-se as possibilidades para que o (a) Assistente Social rompa definitivamente com práticas tradicionais e exercite sua criticidade a respeito dos processos de dominação do capital, além de apreender para a profissão princípios norteadores que primam pela liberdade, equidade, justiça social e direitos humanos. (ORTIZ, 2010)

Segundo Mota (1995) sob esse contexto neoliberal recessivo, o Serviço Social em seu cotidiano é chamado a mediar os conflitos entre Estado e população, traçando estratégias para agir diante da singularidade dos sujeitos, famílias, grupos e demandas populacionais. Cabe ao assistente social em tempos de retrocesso, tomar uma:

[...] posição ética e política que insurja contra os processos de alienação vinculados a lógica contemporânea, impulsionando a dimensionar nosso processo de trabalho na busca de romper com a dependência, subordinação, despolitização, construção de apatias que se institucionalizam e se expressam em nosso cotidiano de trabalho (CFESS, 2009, p. 79).

Iamamoto (2008) fala que o exercício do (a) Assistente Social é resultado das relações sociais que foram sendo construídas ao longo dos processos transformação da sociedade. O (a) Assistente Social em tempos neoliberais necessita de um olhar direcionado para a emancipação

e autonomia dos sujeitos, bem como de um posicionamento a favor da classe trabalhadora, para assim fortalecer o processo de cidadania dos sujeitos coletivos e tornar possível à efetivação dos direitos.

### 3.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL PÓS PERÍODO NEOLIBERAL

Faleiros (2006) fala que a crise do sistema capitalista teve início logo após o Estado ampliar, as ações, que antes eram apenas de caráter econômico, reivindicadas pela classe trabalhadora e por outras categorias da sociedade. Com o crescimento dos movimentos sociais e o agravamento das expressões da Questão Social, o Estado, no intuito de acalmar e amenizar os ânimos da população amplia as possibilidades para a efetivação das políticas públicas sociais. Em resposta a essa crise surge o neoliberalismo, que segundo Anderson (1995) veio como resposta ao Estado de Bem-Estar Social, logo após a Segunda Guerra Mundial, desencadeando numa crise econômica e estrutural.

No Brasil, os anos 90 marcam a entrada do neoliberalismo ao país, esse novo modelo econômico causou um desmonte nas políticas sociais que foram antes estabelecidas pela CF-88. A Política de Assistência, parte integrante do tripé da Seguridade Social, que foi criada para romper com as formas assistencialistas e clientelistas do Estado tratar os sujeitos, foi uma das mais atingidas durante esse período de recessão de gastos sociais. (MOURA; PEREIRA, 2012)

Segundo Sposati (2008) a Política de Assistência Social através da participação estudantil e da pressão dos movimentos sociais, engendrou forças para conceber um instrumento que materializasse todos os princípios e fundamentos pré-estabelecidos, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A LOAS aderiu a um modelo descentralizado e participativo de gestão das políticas sociais, confrontando os interesses do capital e de vários setores da sociedade.

Em meio a todas essas conquistas, o modelo neoliberal de criação de políticas sociais seguiu na lógica de focalizar, despolitizar e privatizar as ações que viessem a efetivar a Política da Assistência. É nesse contexto que a política, adere características negativas que se assemelham a caridade e filantropia, vistas por seus usuários como favor ou prestação de serviços desqualificados. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007)

Behring e Boschetti (2007) falam que no modelo neoliberal, as políticas sociais são subordinadas a ordem e aos interesses do grande capital, resumindo-se a ações e estratégias de cunho paliativo onde a ausência do Estado é característica primordial para mercantilizar e solidarizar a vida dos sujeitos sociais.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise [...] prevalecendo o [...] referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. Sendo esta última estabelecida não como compartilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para antes da federação ou para instituições privadas [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 156).

Mais adiante, com objetivo de reafirmar o compromisso com os usuários da Política de Assistência Social, bem como com a LOAS, foi implantada em 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A PNAS veio possibilitar a seus usuários o direito de acessar e compreender como se dá o processo de financiamento, estruturação e serviços disponibilizados por ela. A autora coloca ainda que é dever do Estado brasileiro imputar-se da primazia pela a responsabilidade em cada setor/esfera da sociedade para tornar possível a estabilização da Política de Assistência Social. (COUTO, 2008)

Destarte, a Assistência Social necessitava de um instrumento legal que garantisse o exercício do direito à cidadania, nesse caso o Sistema Único De Assistência Social (SUAS) é criado para materializar os preceitos da PNAS. O SUAS veio estabelecer os novos moldes de gestão, composição, estruturação e qualificação dos profissionais, além de, também, avaliar e monitorar as ações estabelecidas pela política, considerando os modelos padrões de seguridade social estabelecidos na CF-88. (PAULA, 2013)

A trajetória da Política de Assistência Social é permeada por avanços e retrocessos, visto que nos dias atuais a mesma é amparada por um arcabouço de instrumentos legais que materializam os princípios fundantes da Carta Magna, porem todos os esforços que vem sendo travados para a efetivação ainda não são suficientes para mudar a realidade daqueles que dela necessitam. (BEHRING, 2003)

Sposati (2008) fala que é necessário refletirmos sobre as conquistas e desafios da Política de Assistência Social no Brasil, já que, vale destacar que o enfrentamento as manifestações da Questão Social ainda é uma enorme incitação à sociedade. O aprofundamento do processo de contrarreforma que perpetua até os dias de hoje, se apropriando de direitos e responsabilizando os sujeitos sociais, tem influência direta sobre as ações e estratégias da política para superar as desigualdades provocadas por um modelo que se retrai dos compromissos sociais em favor ao acúmulo de capital e interesses particulares de uma pequena parcela da sociedade.

### 3.3 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Ao longo da trajetória humana, o debate em torno dos processos e fenômenos que estão em volta da pobreza, tem sido alvo de grandes discussões, principalmente após a revolução industrial, período em que os paradigmas sociais passam a serem revistos perante toda a sociedade. O trabalhador agora assume um novo papel dentro da sociedade, passando a ser reconhecido como ator político, dotado de direitos. (SPOSATI, 2011)

Toda essa trajetória implicou para que uma nova visão entre modernidade e desigualdade fossem revistas e para que as estratégias sociais que vinham sendo criadas pudessem encurtar as diferenças sociais. O século XIX marca o reconhecimento das desigualdades e das respostas estatais para enfrentar a miséria e a pobreza que vinha se solidificando concomitantemente a modernização econômica mundial. (CARNELOSSI, 2015)

Os programas de transferência de renda no Brasil têm sido predominantes para o Sistema Brasileiro de Proteção Social como um dos aparatos de enfrentamento a pobreza e suas decorrências, portanto é necessário entendermos o processo de desenvolvimento desses programas, sua inclusão na Proteção Social e seus desdobramentos econômicos, sociais e políticos. (SILVA, 2007)

Os programas de transferência de renda, há anos vinham sendo implantados em diversos países da Europa, no Brasil, mais especificamente, na década 30 houve um grande avanço no sistema de Proteção Brasileiro, quando o presidente da época, Getúlio Vargas, articulou um conjunto de programas sociais, consideravelmente estáveis, para atender as demandas da classe operária emergente, em um momento onde o país perpassava por grandes transformações saindo de um modelo agroexportador para um modelo urbano-industrial. (CARNELOSSI, 2015)

O Sistema de Proteção Social estabelecido por Vargas “se definia, em comparação com o que se passava no mundo, como fragmentado em categorias, limitado e desigual na implementação dos benefícios, em troca de um controle social das classes trabalhadoras” (FALEIROS, 2000, p. 46)

Pereira (2000) fala que esse contexto se estendeu até o início da década de 60, quando o Estado brasileiro passou a vivenciar um período autocrático militar. Em consonância e este período a abertura para o mercado interno brasileiro acelerou o crescimento econômico e a modernização e expansão do Sistema de Proteção Social. Para as políticas sociais, a expansão

do capital consolidou o caráter econômico que estava por trás destes instrumentos, agora, a mesmas, passaram a atender não mais aqueles que incomodavam o Estado, e sim a aqueles que tinham interesses particulares.

Este momento de modernização conservadora, combinado ao aumento expressivo e estrutural da pobreza, consolidou e desencadeou um processo de exclusão e necessidade, onde a parcela excluída da sociedade, mesmo com todo o crescimento econômico que atravessava o país e de todos os avanços no Sistema de Proteção, não conseguiram avançar. (PEREIRA, 2000)

Mais intensamente, nas décadas de 70 a 80 esse Sistema de Proteção Social continuou a se desenvolver, agora os programas e serviços eram extremamente minimizados pela opressão, atingindo substancialmente a classe trabalhadora e conseqüentemente os setores populares. Houve então, nessa época uma grande ampliação desses programas, como forma de “compensação” pela inibição dos movimentos sociais e sindicais, além de atuarem como redutores das conseqüências geradas pelo arrocho salarial do período. (SILVA, 2008)

Os anos posteriores a década 1980 foram definitivos e conclusivos para a ampliação e universalização dos direitos sociais, essa década ficou marcada pela ampliação dos movimentos sociais, instituições contra o regime opressor dos militares e reorganização política da sociedade brasileira, culminando na elaboração da Constituição Federal Brasileira de 1988 que trouxe grandes avanços no que diz respeito aos mínimos sociais, estabelecendo assim benefícios que assegurassem a condição de cidadania da população. (IAMAMOTO, 2004)

A implantação da Seguridade Social na Constituição Brasileira de 1988 foi munida pelas Políticas de Saúde, Assistência e Previdência representando uma conquista para a Proteção Social, nesse momento a Assistência passa a ser política pública de direitos sob responsabilidade do Estado, para quem dela necessita, rompendo com a cultura assistencialista da época. (BRASIL, 2006)

É necessário frisar que os avanços que ocorreram a partir da CF-88, principalmente no que tange a conquista de direitos sociais, contraporão a economia do país daquele período. O processo de globalização da economia e de expansão mundial do capital foram frutos da acumulação ininterrupta capitalista e do desmonte das políticas e das conquistas sociais. (CHESNAIS, 1996)

Após esta estação, de universalização e democratização vivida no Brasil onde os direitos sociais foram reconhecidos, a onda neoliberal adentra aos anos de 1990 com grandiosa influência sobre a economia do país. As conseqüências da ofensiva neoliberal no Brasil, no processo de competitividade na economia mundial, foram o aumento do desemprego,

precarização dos postos de trabalho, arrocho salarial e conseqüentemente a pobreza, alcançando também outros setores da sociedade. (SILVA, YAZBEK; GIOVANNI, 2011)

É nessa conjuntura que o Sistema Brasileiro de Proteção Social passa por um processo de desmonte, pois, o Estado tende a priorizar o crescimento econômico e deixar de lado a responsabilidade pela melhoria das condições de vida da população, passando então a diminuir os gastos e restringir serviços sociais básicos. Nesse período houve a anuência de critérios cada vez mais baixos para definir a extrema pobreza, no intuito de introduzir essa camada aos programas de transferência de renda em ascensão no ano 1991. Sobre a função do Estado, construtor e gerenciador desse Sistema. (COUTO, 2008)

Na década de 90 os programas de transferência de renda tinham pouca relevância no Sistema Brasileiro de Proteção Social, no âmbito das políticas públicas. O primeiro momento começou a ser implantado a partir do mesmo ano, com o Projeto de Lei nº. 80/1991, o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy ao Senado Federal. Em um segundo momento entre os anos de 1991 e 1993, houve a articulação entre uma política estruturante e outra compensatória, quando se propôs uma quantia a ser transferida para aquelas famílias com crianças entre 05 e 16 anos de idade que estivessem matriculadas em escolas da rede pública. (BRASIL, 2006)

O terceiro momento, 1995, considerado como marco inicial dos programas de transferência de renda no Brasil foram as experiências de programas chamados de Renda Mínima ou Bolsa-Escola, nos municípios de Campinas, Ribeirão Preto e Santos (São Paulo) e em Brasília (Distrito Federal). Logo após, o ano de 2001 foi marcado pelo crescimento dos Programas de Transferência de Renda durante o segundo mandato no governo Fernando Henrique Cardoso, como: BPC (Benefício de Prestação Continuada); PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); Bolsa-Escola; Bolsa Alimentação; Bolsa Renda; Vale Gás, entre outros. (BRASIL, 2006)

Silva (2008) destaca que o quinto momento foi em 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, com o início do programa fome zero, uma das apostas para acabar a pobreza e a fome no Brasil, trazendo como carro chefe o Programa Bolsa Família que veio unificar todos os Programas de Transferência de Renda desenvolvidos no âmbito Federal, Estadual e Municipal no país.

### 3.4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado a partir de uma medida provisória em 2003, subsequentemente convertida na Lei no 10.836/04, que teve o objetivo de criar um programa que viesse unificar todas as estratégias que eram destinadas a gestão e implementação das ações e planos de transferência de renda, elaborados pelo governo, a citar: Cadastro Único; Programa Nacional de Renda Mínima; Programa Nacional de Acesso à Alimentação; Programa Auxílio-Gás. (BRASIL, 2006)

Um componente estruturante do PBF são as condicionalidades que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar para que possa receber o benefício mensal. Segundo os idealizadores do programa, essas condicionalidades representam contrapartidas com vistas a certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas e representam o exercício de direitos para que as famílias possam alcançar autonomia e consequentemente inclusão social continuada. (SILVA, 2007)

No sentido de responsabilizar a família e condiciona-la a ações funcionalistas, o PBF traçou algumas regras para que estas permaneçam no programa. Essas condicionalidades foram atribuídas as Políticas de Saúde, Educação e Assistência Social, monitoradas e acompanhadas pelos equipamentos municipais e pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Ser assíduo na escola, ter frequência regular nas estratégias de saúde e fazer parte dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) são umas das condições que asseguram a participação da família no programa. (ABREU, 2011)

O acompanhamento e a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família envolvem um grande aparato institucional, articulados pelos os três entes federativos (União, Estados e Municípios) e alguns setores da sociedade. A operacionalização da gestão das condicionalidades é de obrigação dos municípios, tais como: o registro dos acompanhamentos, a oferta dos serviços, a realização de visitas domiciliares, o desenvolvimento de ações para localização de famílias e do trabalho socioassistencial com os beneficiários do programa. (SENNA; BRANDAO; DALY, 2016)

O Programa Bolsa Família possui parâmetros próprios, nacionalmente definidos, portanto a inserção das famílias não é realizada diretamente no município, porém, é de sua responsabilidade o desenvolvimento do programa em sua territorialidade, prestando acompanhamento e definindo ações que respeitem as características próprias da região. O acompanhamento é incumbido aos CRAS ou aos equipamentos próprios do programa nos municípios, para identificar os motivos que levaram ao descumprimento de tais

condicionalidades e assim articular ações que busquem a superação das mesmas. (ABREU, 2011)

Hoje, os equipamentos da Assistência Social são portas de entrada para acessar o programa. Entre tantos profissionais que trabalham na execução do programa, está o (a) profissional Assistente Social, responsável pelo acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF que fazem referência ao seu território. (CFESS, 2009)

As atribuições do/a Assistente Social no Programa Bolsa Família são os de: organizar atividades socioeducativas de ativação, preencher registros, incorporar documentos comprobatórios de ocorrência e sua motivação, avaliar as justificativas apresentadas nos recursos pelos beneficiários, arquivar a documentação que comprova as justificativas alegadas e emitir parecer com a fundamentação da decisão de aplicação ou não das sanções previstas etc. (CARNELOSSI, 2015, p. 9)

Sposati (2011) fala que o cotidiano do profissional e o contato com os beneficiários do PBF acabam sendo mediados por sistemas informatizados, acarretando numa ação robotizada e sistemática, sem que haja relação entre profissionais e usuários, ou seja, o beneficiário é visto como um mero provedor de dados e informações pessoais que dispensam as particularidades e necessidades das famílias envolvidas no programa.

Tendo em vista tais práticas, o (a) Assistente Social passa apenas a reproduzir atividades tecnicistas, programadas por programas focalistas, estigmatizantes e punitivos, controlando o descumprimento de condicionalidades. (CFESS, 2009)

[...] cair-se nas amarras do fetichismo metodológico, cujas intervenções do Serviço Social voltam-se para o aperfeiçoamento do instrumental técnico-operativo, expresso pela sofisticação dos modelos de diagnóstico e planejamento, na busca de uma eficiência que se pretendia asséptica, nos marcos de uma crescente burocratização das atividades. (IAMAMOTO, 2004, p. 215)

Destarte, o (a) Assistente Social se vê diante de um conflito, entre os valores estabelecidos pelo seu Código de Ética Profissional e práticas negativas, especialmente no acompanhamento das condicionalidades impostas pelo programa. O (a) Assistente Social não pode permitir que sua prática absolva técnicas policiadas, punitivas ou de vigilância, pois segundo o Código de Ética do Serviço Social, é proibido: “acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste código” (CFESS, 1993, p. 22).

Aos profissionais cabem o desafio de atuarem diante de valores e normas impostos pelo PBF, que confrontam os estabelecidos pelo Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e com os valores, princípios e fundamentos universais

reconhecidos pela Política de Assistência Social. Seu cotidiano deve girar em torno da construção de técnicas de atuação onde as dimensões profissionais (Teórico-Metodológico, Ético-Político e Técnico-Operativo) prevaleçam, e o processo de autonomia do profissional supere os modelos de Políticas Sociais condicionantes seletivas. (CFESS, 2009)

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo do tipo exploratória descritiva de abordagem qualitativa. Segundo Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa de campo deve ser usada em estudos que busquem informações sobre um determinado problema e/ou respostas que comprovem a relação entre os fenômenos a serem desvelados.

Martinelli (1999) explica que a pesquisa qualitativa permite uma melhor compreensão acerca do tema pesquisado, além de proporcionar um contato direto com os sujeitos da pesquisa, ampliando nosso conhecimento acerca dos objetivos propostos neste trabalho.

### 4.2 LOCAL DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no equipamento Casa do Bolsa Família, assim designado, na cidade de Icó-Ceará. O município está localizado na região Centro Sul do estado, há 361 km da capital Fortaleza. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o supracitado município é composto por uma população de 65.456 mil habitantes. (BRASIL, 2010)

O Programa Bolsa Família atende, no supracitado município, cerca 11.497 famílias. Os serviços ofertados pelo equipamento são: Coordenar as atividades; planejar, monitorar e avaliar as ações de cadastramento; elaborar relatórios; articular e implementar parcerias; receber e tratar denúncias de irregularidades; realizar entrevistas junto as famílias; inserir e atualizar as informações do Cadastro Único; fiscalizar; encaminhar, quando necessário, as famílias aos equipamentos da proteção social; dentre outros. (BRASIL, 2018)

A equipe técnica da Casa do Bolsa Família é composta por: 01 Coordenador, 06 Entrevistadores, 01 Assistente Social, 01 Supervisor de Cadastro, 04 Arquivistas e 01 Recepcionista. Os atendimentos são realizados de segunda a sexta das 07h às 11h da manhã e das 13h às 17h da tarde.

### 4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com o (a) Assistente Social do Programa Bolsa Família na cidade de Icó-Ceará, no mês de setembro do ano de 2018. A entrevista ocorreu de maneira

individual, respeitando o tempo necessário, do (a) entrevistado (a), para respondê-la. A ele (ela) foi garantido o direito de privacidade e anonimato. Os critérios de inclusão foram: assinar o Termo de Pós-Esclarecido e estar atuando no cargo a mais de 06 meses. O critério de exclusão foi negar-se a responder, com fidedignidade, a alguma questão proposta na entrevista.

#### 4.4 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS

A coleta de dados, com o (a) profissional participante, foi feita por meio de uma entrevista semiestruturada. Segundo Minayo (2002) esse tipo de instrumento de coleta de dados permite ao entrevistado contribuir de maneira efetiva com processo de investigação.

O instrumento foi composto por 10 perguntas (apêndice A), claras e objetivas, de fácil entendimento, para não dificultar a compreensão do (a) entrevistado (a). Os questionamentos foram elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

#### 4.5 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Diante dos achados, foi feita uma leitura minuciosa dos mesmos e logo depois a ordenação, classificação e análise final. A ordenação dos dados consiste em transcrever ou mapear os dados colhidos na pesquisa. A classificação dos dados é parte em que categorizamos ou agrupamos as unidades semelhantes e relevantes dos dados. A análise final consiste em articular e interpretar os dados à luz da literatura existente sobre o tema. (MINAYO, 2002)

Para esta análise de dados, foi adotada a análise crítica dialética, que segundo Minayo (2002) consiste em situarmos a fala dos sujeitos entrevistados a um contexto de totalidade e realidade social, interligando-os aos fenômenos sociais.

#### 4.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O sigilo das informações, contidas na entrevista, foi mantido, e, preservou a identidade e integridade do (a) entrevistado (a). O estudo foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Vale do Salgado (FVS), para análise dos preceitos éticos-legais recomendados na resolução nº 510/16, sobre pesquisas envolvendo seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde. (BRASIL, 2016)

De acordo com os preceitos desta resolução, a Declaração de Anuência da Instituição Coparticipante será assinada pelo (a) gestor (a) maior (apêndice B), em seguida foi feita a leitura

do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice C) para o (a) participante, e por fim o (a) mesma assinou e recebeu uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (apêndice D), sendo a outra via enviada ao Comitê de Ética da FVS.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Programa Bolsa Família é um dos mais importantes programas de transferência de renda do Brasil. O mesmo é responsável por grandes mudanças na vida das famílias beneficiárias, bem como por mudanças a nível econômico e estrutural no país. O (a) Assistente Social, no equipamento do PBF, trabalha diretamente no acompanhamento das condicionalidades do programa e na parte burocrática do mesmo, sendo esse último um dos maiores desafios postos a profissão.

Visto da necessidade de se trabalhar essa problemática, o tópico irá expor e discutir os dados obtidos na entrevista que foi realizada com o (a) Assistente Social no equipamento do Programa Bolsa Família no município de Icó-Ceará.

### 5.1 PERFIL PROFISSIONAL DO (A) ENTREVISTADO (A)

Nessa primeira fase da entrevista serão apresentados os dados sócio demográficos do (a) Assistente Social entrevistado (a). Os mesmos foram elaborados no intuito de conhecer um pouco mais sobre o perfil profissional do (a) mesmo (a).

**Tabela 01-** Perfil profissional do (a) Assistente Social do PBF.

| VARIÁVEIS                      |                     |
|--------------------------------|---------------------|
| Sexo                           | Feminino            |
| Nível de formação profissional | Pós-graduada        |
| Vínculo empregatício           | Contrato temporário |
| Tempo de trabalho no PBF       | 01 ano e 10 meses   |
| Periodicidade de reuniões      | Sim                 |

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2018)

Segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) do SUAS, as equipes que atuam junto aos equipamentos da PNAS devem ser compostas por profissionais permanentes e qualificados para o desenvolvimento de ações e estratégias que atendam as reais necessidades dos usuários, a citar: Programas, Projetos, Benefícios e Serviços da Atenção Básica e Especial. Responsáveis pelo atendimento de casos e situações complexas, os profissionais da rede socioassistencial carecem de conhecimentos, técnicas e compromisso ético para responderem as demandas das Políticas Assistenciais. (BRASIL, 2011)

A forma como empresas e órgãos públicos vem contratando seus profissionais, expõem um conjunto de problemas que influenciam na dinâmica social, econômica e cultural do país. Dentre eles, podemos citar a contratação temporária como uma das razões técnicas para a descontinuidade dos serviços essenciais à população.

Nos últimos anos, o mercado de trabalho vem demonstrando interesse por profissionais qualificados e polivalentes que estejam aptos a desenvolverem qualquer tipo de atividade que venham a minimizar gastos para as empresas. Essas exigências são características da reestruturação do trabalho que envolveu, e envolve, até os dias atuais temas que concernem aos modelos adotados pelos países neoliberais. Não o bastante, a flexibilização, precarização e instabilidade profissional comprometem a qualidade dos serviços, principalmente daqueles prestados à população desvalida.

Antunes (2009) fala que os efeitos das transformações ocorridas no mundo do trabalho, trouxeram ambiguidades para a vida dos (as) trabalhadores (as). De um lado, categorias que se destacam por demonstrarem total preparo e conhecimento naquilo que lhes são requeridas, e de outro, um exército de reserva condenado a viver as mais profundas precarizações trabalhistas (terceirização, serviços temporários, etc.). Não obstante a realidade dos (as) profissionais do Serviço Social, essas transformações também recaem sobre a categoria.

## 5.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA FRENTE A REALIDADE DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

A formação socioeconômica e política do Brasil foi marcada por várias questões de exploração, pobreza e desigualdade social. Nesse contexto foram criadas no início do século XX ações para minimizar os efeitos devastadores que se instauravam em meio as classes mais pobres e abastadas do processo de crescimento econômico da época, as Políticas Sociais. Os mecanismos de transferência de renda foram estratégias desenvolvidas pelo Estado para atenuarem e responderem a um processo de desigualdade advindos da contradição do Capital e Trabalho. (SOARES et.al, 2010)

Indagado (a) sobre a sua avaliação ao Programa Bolsa Família frente à realidade social das famílias beneficiárias, o (a) mesmo (a) sucinta que:

*“O Programa Bolsa Família é um programa de renda direcionado as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família busca a família o direito à alimentação, educação e saúde, nisso o programa de forma positiva, pois vem aliviando a extrema pobreza. ” (Entrevistado)*

O Programa Bolsa Família, criado a partir da unificação da gestão e execução de vários programas de transferência de renda - Lei nº 10.836 de 09/01/04 - é um dos mecanismos que compõem o Sistema de Proteção Social Brasileiro, tendo como principal objetivo transferir renda às famílias em extrema pobreza para que essas tenham acesso a Saúde, Educação, Assistência, Alimentação e Bem-Estar. Assim sendo, consigam atingir uma autonomia que as possibilitem poder de consumo e compra, garantindo-lhes uma melhor qualidade de vida social, econômica e cultural. (BRASIL, 2011)

Infelizmente a maioria das famílias beneficiárias do programa têm como renda apenas o valor que lhes são repassados. Essas famílias são tratadas e quantificadas a partir de informações sistemáticas transmitidas a um sistema computadorizado e burocrático que (des) incluem as famílias que se enquadram ou não a valores monetários que fogem da realidade básica e fisiológica dos seres humanos. Para tal, as famílias beneficiárias do programa precisam cumprir condicionalidades intrínsecas a ele, como: frequentar a escola, fazer parte de grupos da Assistência Social e estar em dia com campanhas e estratégias da Política de Saúde.

### 5.3 O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

As equipes que compõem o PBF são formadas por técnicos treinados e aptos a atuarem juntos as famílias beneficiárias, prestando-lhes atendimento especializado nas Políticas de Proteção Social, bem como na fiscalização do descumprimento das condicionalidades. Alguns municípios já são contemplados com um equipamento próprio do PBF, outros por vez ocupam apenas espaços nas Secretarias Municipais de Assistência Social ou nos CRAS. (BRASIL, 2006)

Visto que o (a) Assistente Social é um dos (as) profissionais que compõe a equipe técnica do PBF acompanhando as famílias em descumprimento de condicionalidades, foi perguntado (a) quais são as atribuições do (a) Assistente Social no equipamento do Programa Bolsa Família?

*“Responsável por realizar as visitas domiciliares para averiguação cadastral e fiscalização. Atender e encaminhar as famílias para outros serviços e tratar denúncia sobre irregularidades. ” (Entrevistado)*

Os (as) profissionais do Serviço Social atuam diretamente no acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF a partir do monitoramento das condicionalidades e descumprimento dessas. Suas atribuições são: coordenar ações socioeducativas para às famílias; registrar dados; anexar documentos comprobatórios; avaliar; justificar e apresentar provas junto a relatórios e pareceres; aplicar medidas provisórias ou permanentes. (BRASIL, 2011)

Indagado (a) sobre quais instrumentos técnicos são utilizados na sua atuação frente ao Programa Bolsa Família, o (a) mesmo (a), diz que:

*“Visitas domiciliares, relatórios sociais e pareceres sociais, ficha de visitas, encaminhamento, entrevista. ” (Entrevistado)*

Iamamoto (2009) fala que a instrumentalidade profissional é um conjunto de ações e instrumentos técnicos que norteiam as ações do profissional para atingir os objetivos propostos durante sua intervenção. Perante o PBF, a instrumentalidade deve contemplar as dimensões técnico-operativa, teórica-metodológica e ético-político profissional.

Os instrumentos devem ser pensados num sentido amplo onde as particularidades e totalidade das famílias sejam identificadas, trabalhadas e potencializadas. O fato de ser um programa condicionante não pode fazer do profissional um robô refém da burocracia intrínseca nesses. Os instrumentos devem ser pensados para proporcionar aos sujeitos um atendimento qualificado, que respeite as individualidades e as situações vivenciadas no cotidiano, e não para que seja instrumento repressivo ou opressor.

#### 5.4 DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO PBF

Os trabalhos desenvolvidos pelos (as) Assistentes Sociais no PBF são muitas vezes postos a discussão, pois suas ações são institucionalizadas e burocráticas, já ultrapassadas pela categoria, onde as técnicas profissionais reforçam o caráter focalista das neopolíticas conservadoras. (BARROCO, 2001)

Os desafios postos aos (as) Assistentes Sociais que trabalham no PBF se apresentam cotidianamente em suas mais variadas formas, se tornando um desafio quase que diário para a execução de suas ações. Nesse contexto, foi feita uma indagação a respeito dos principais desafios enfrentados pelo (a) profissional dentro do Programa.

Ele (ela) diz:

*“Os principais desafios enfrentados é fazer com que a família entenda que o Programa Bolsa Família tem perfil, regras, dimensões e condicionalidades.” (Entrevistado)*

O fato de transferirem responsabilidades aos sujeitos não são questões de fácil compreensão, visto que as condicionalidades do PBF deveriam fazer parte do cotidiano das famílias, sem que essas fossem recompensadas monetariamente. O fato de penalizar famílias que já são diariamente esmagadas por um sistema capitalista excludente e estigmatizante, por não se ajustarem aos princípios morais de uma sociedade, é um pouco contraditório já que a Constituição Federal (1988) em seu artigo 5º fala que somos iguais perante a lei, sem que aja qualquer distinção. (BRASIL, 1988)

Esses programas de transferência de renda condicionados e focalistas são pequenas armadilhas do sistema para tornar os beneficiários reféns de critérios e penas que reforçam o controle sobre a população mais pobre. Esses controles incluem e excluem os pobres a juízos de merecedores e/ou não merecedores, estimulando a retórica da meritocracia. Tudo isso reforça o compromisso da categoria com práxis éticas que busquem sentido para transformar a realidade dos sujeitos a partir de um trabalho libertador e autônomo.

Por fim, perguntou-se quais as principais contribuições que o (a) Assistente Social pode proporcionar para o bom funcionamento do Programa Bolsa Família?

*“Ter conhecimento sobre o programa, capacidade em acolher e escutar, trabalhar em equipe, perfil articulador e atendimento ao público e capacidade de transmissão de conhecimento para que o Assistente Social possa proporcionar um bom funcionamento é necessário usar suas atribuições a qual lhe compete.” (Entrevistado)*

Segundo Iamamoto (2009) o trabalho desenvolvido pelos (as) Assistentes Sociais necessitam ultrapassar as barreiras tecnicistas institucionalizadas, já que essas são

características fundantes para desvelarem não apenas o imediato e emergencial, mas sim a realidade onde os sujeitos envolvidos na dinâmica econômica e política da sociedade se encontram.

O (a) profissional deve conciliar suas atividades laborais no PBF à execução intransigente das ações e valores postos em seu Código de Ética Profissional. Não podem deixar que essas interfiram na qualidade dos serviços ofertados além das políticas de transferência de renda, pois todos os esforços devem ser empregados com objetivo de proporcionar, aos sujeitos, o exercício da cidadania e a participação em estratégias estatais de superação da pobreza. (YASBEK, 2005)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos pôde-se observar que as Políticas de Transferência de Renda no Brasil foram estratégias criadas pelo Estado para enfrentar e amenizar as desigualdades oriundas do processo de exploração do Capital sobre a classe trabalhadora e sobre a população mais pobre da época, excluídas do processo estrutural que se deu no país durante o correr do século XX.

As Políticas de Proteção Social, em especial os Programas de Transferência de Renda, foram aos poucos se modificando e se adequando aos cenários políticos, econômicos e sociais que se apresentavam no país. Uma das mudanças foi a institucionalização desses programas com normas e regras burocráticas que definia a entrada e a permanência da população a eles. Essas condicionalidades são responsáveis por fatores e aspectos inerentes a Educação, Assistência e Saúde.

Vale ressaltar a importância e necessidade desse modelo de Política Pública Social na vida da população brasileira. Essas estratégias são fundamentais para inclusão e participação da população na dinâmica econômica e social do país. O Programa Bolsa Família tornou-se majoritariamente indispensável a economia brasileira, bem como a vida de milhões de famílias que os têm como única fonte de renda.

Aos (as) profissionais envolvidos (as) na implementação e execução do programa é possível destacar o papel do (a) Assistente Social, já que eticamente a ele (a) é incumbido o dever de mediar e tornar possível o acesso da população às Políticas de Proteção Social.

No discorrer da pesquisa foi demonstrado o fundamental papel exercido por eles no acompanhamento das famílias, desde o primeiro contato até uma suposta situação de descumprimento de condicionalidades. Desta forma, os (as) Assistentes Sociais não podem deixar que suas ações sejam balizadas por mecanismos burocráticos ou por técnicas impressivas que os façam meros profissionais executores de normas, regras e padrões instituídos pela sociedade.

A opressão por parte do profissional em casos de descumprimento de condicionalidades é inadmissível à categoria. O papel do (a) Assistente Social deve estar em consonância com o bem-estar da população usuária do PBF, assim como na busca legítima pela emancipação dos sujeitos e pela transformação social.

Contudo, reiteramos a imposição da categoria no policiamento das condutas profissionais desempenhadas dentro do programa, quer seja na inclusão, quer seja durante a necessidade de advertências ou “punição” por conta de descumprimentos de condicionalidades. As ações dos (a) Assistentes Sociais devem ser desenvolvidas com objetivo de compreender,

traçar e fomentar estratégias vitais para o fortalecimento do núcleo familiar de seus usuários e também para que a inserção deles no programa e a todas as esferas sociais e políticas sejam possíveis.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, L. B. P. **O Programa Bolsa Família: entre a proteção e a “desproteção” social de seus beneficiários.** Diss. Universidade Federal Fluminense, p. 29, 2011.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**, 1995.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social - Fundamentos Ontológicos.** São Paulo, Cortez, 2001.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007
- BEHRING, E. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família – Manual de Gestão de Benefícios.** Brasília/DF, 2006
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Comissão Intergestores Tripartite. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS),** Resolução cit nº 7, de 10 de setembro de 2009.
- \_\_\_\_\_. Portaria n.177, de 16 de junho de 2011. **Procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, 20 jun. 2011
- \_\_\_\_\_. NOB-RH/SUAS. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, 2011.** Disponível em: < [www.mds.gov.br/cnas/comissoes...de...recursos-humanos-do...nob-rh.../download](http://www.mds.gov.br/cnas/comissoes...de...recursos-humanos-do...nob-rh.../download) > acesso em 01 de novembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n° 510, 2016. **Diretrizes e Normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos**. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> acesso em 11 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família** –. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/maio/bolsa-familia-atende-mais-de-13-9-milhoes-de-beneficiarios-em-maio>> acesso em 08 de outubro de 2018.

CARNELOSSI, B. C. N. O trabalho do assistente social na gestão do Programa Bolsa Família: desafios para efetivação do Código de Ética profissional. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2015.

CFESS. **Código de Ética profissional do assistente social**. Resolução n. 273, de 13 de março de 1993. Diário Oficial da União, Brasília, 30 mar. 1993.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2009.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996. (Prefácio e Capítulo I: Decifrar palavras carregadas de ideologia).

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mód. 3. Brasília: UNB/CEAD, 2000.

IAMAMOTO, M, V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. O. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras editora, 1999.

MINAYO, M. C. Pesquisa social: teoria e método. **Petrópolis: vozes**, 2002.

MOURA, J. R. T; PEREIRA, E. M. C. **A Política de saúde brasileira em face da ofensiva neoliberal**. Trabalho de conclusão de Curso. Maceió (Universidade Federal de Alagoas – UFAL), 2012.

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PAULA, R. F. S. Assistência Social: direito público e reclamável. In: CRUZ, José Ferreira da Crus [et al]. **20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília: MDS, 2013.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 01. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000. v. 01

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de direitos. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº107, p.420-437, 2011.

SENNÁ, M. C. M.; BRANDAO, A. A.; DALT, S. **Programa Bolsa Família e o acompanhamento das condicionalidades na área de saúde.** *Serv. Soc. Soc.* São Paulo, n. 125, p. 148-166, abr. 2016. Disponível em. Acesso em 16 maio. 2018.  
<<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.060>>

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, M. O. S. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil.** 2007.

\_\_\_\_\_. **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí.** São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, S. et.al. **Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza.** In: ABRÃO, J. de C.; MODESTO, L. *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.* Brasília: Ipea, 2010.

SPOSATI, A. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Tendências latino-americanas da política social pública no século 21.** *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, jan. /jun. 2011.

YASBEK, M. C. **O Serviço Social e o movimento histórico da sociedade brasileira.** In: *Legislação Brasileira para o Serviço Social.* São Paulo, CRESS: 2005.



FACULDADE VALE DO SALGADO  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

### ENTREVISTA

Estamos realizando uma pesquisa a fim de analisar a atuação do/a Assistente Social no equipamento do Programa Bolsa Família. A seguir, serão apresentadas perguntas onde você deverá respondê-las da maneira mais sincera possível. Não existem respostas certas ou erradas, e o que mais nos interessa é sua opinião acerca do tema apresentado. Agradecemos pela sua participação.

### DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

1. Sexo: Feminino ( ) Masculino ( )
2. Nível de Formação Profissional: Graduação ( ) Especialização/ Lato Sensu ( )  
Pós- Graduação/Stricto Sensu (Mestrado ou Doutorado) ( )
3. Vínculo Empregatício: Concursado ( ) Celetista ( ) Contrato Temporário ( ) Outros ( )
4. Há quanto tempo trabalha no Programa Bolsa Família? \_\_\_\_\_
5. No equipamento, ocorrem reuniões de colegiado com periodicidade e participação?  
Sim ( ) Não ( ). Caso sim, qual a periodicidade? \_\_\_\_\_

6. Como você avalia o Programa Bolsa Família frente à realidade social das famílias beneficiárias?

---

---

---

---

7. Quais são as atribuições dadas ao (a) Assistente Social que trabalha no equipamento do Programa Bolsa Família?

---

---

---

---

8. Quais instrumentos técnicos são utilizados, na sua atuação, frente ao Programa Bolsa Família?

---

---

---

---

9. Quais os principais desafios enfrentados pelo (a) Assistente Social dentro do Programa Bolsa Família?

---

---

---

---

10. Quais as principais contribuições que o (a) Assistente Social pode proporcionar para o bom funcionamento do Programa Bolsa Família?

---

---

---

---

**APÊNDICE B****DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE**

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_, declaro ter lido o projeto intitulado \_\_\_\_\_ de responsabilidade do pesquisador \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ e RG \_\_\_\_\_, e que uma vez apresentado a esta instituição o parecer de aprovação do CEP do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, autorizaremos a realização deste projeto nesta (nome da Instituição), CNPJ da Instituição (XXXXXX), tendo em vista conhecer e fazer cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Declaramos ainda que esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

---

Local e data

---

Assinatura e carimbo do (a) responsável institucional

**APÊNDICE C****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado Sr.(a). (NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL, CPF E INSTITUIÇÃO) está realizando a pesquisa intitulada (“TÍTULO DA PESQUISA”), que tem como objetivos (DESCREVER OS OBJETIVOS DA PESQUISA). Para isso, está desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: (DESCREVER AS ETAPAS DO ESTUDO). Por essa razão, o (a) convidamos a participar da pesquisa.

Sua participação consistirá em (DESCREVER DE FORMA DETALHADA OS PROCEDIMENTOS ROTINEIROS E/OU ESPECÍFICOS DO ESTUDO AOS QUAIS OS PARTICIPANTES SERÃO SUBMETIDOS, INCLUINDO A DESCRIÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MÉTODOS ALTERNATIVOS EXISTENTES, DOS QUAIS OS PARTICIPANTES PODERÃO OPTAR). Os procedimentos utilizados (DESCREVER O TIPO ESPECÍFICO DE PROCEDIMENTO) poderão trazer algum desconforto, como por exemplo (DESCREVER O POSSÍVEL DESCONFORTO ADVINDO DO PROCEDIMENTO UTILIZADO NO ESTUDO).

O tipo de procedimento apresenta um risco (MENSURAR O GRAU DE RISCO – MÍNIMO; MÉDIO OU ELEVADO) mas que será reduzido mediante (DESCREVER AS FORMAS DE MINIMIZAÇÃO DO RISCO). Nos casos em que os procedimentos utilizados no estudo tragam algum desconforto ou sejam detectadas alterações que necessitem de assistência imediata ou tardia, eu (NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL) ou (NOME DOS DEMAIS PESQUISADORES) serei o responsável pelo encaminhamento ao (ESPECIFICAR O LOCAL OU SERVIÇO ESPECIALIZADO QUE PRESTARÁ ASSISTÊNCIA ESPECÍFICA AOS PARTICIPANTES DO ESTUDO).

Os benefícios esperados com este estudo são no sentido de (DESCREVER OS BENEFÍCIOS IMEDIATOS OU TARDIOS ESPERADOS). Toda informação que o (a) Sr. (a) nos fornecer será utilizada somente para esta pesquisa. As (RESPOSTAS, DADOS PESSOAIS, DADOS DE EXAMES LABORATORIAIS, AVALIAÇÕES FÍSICAS, AVALIAÇÕES MENTAIS ETC) serão confidenciais e seu nome não aparecerá em (QUESTIONÁRIOS,

FITAS GRAVADAS, FICHAS DE AVALIAÇÃO, ETC.), inclusive quando os resultados forem apresentados. A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária.

Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado (ENTREVISTA, AVALIAÇÕES, EXAMES ETC.). Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar (NOME COMPLETO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL E DEMAIS PESQUISADORES COM ENDEREÇO PARA CONTATO E TELEFONE), nos seguintes horários (DESCRIÇÃO DOS HORÁRIOS PARA CONTATO).

Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade .... Localizado à Rua .... Telefone ( ) ramal ....., Cidade. Caso esteja de acordo em participar da pesquisa, deve preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido que se segue, recebendo uma cópia do mesmo.

---

Local e data

---

Assinatura do Pesquisador (a)

## APÊNDICE D

**TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, eu \_\_\_\_\_, portador (a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF) número \_\_\_\_\_, declaro que, após leitura minuciosa do TCLE, tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores. Ciente dos serviços e procedimentos aos quais serei submetido e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente da pesquisa (“TÍTULO DA PESQUISA”), assinando o presente documento em duas vias de igual teor e valor.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante ou Representante legal

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador (a)